

**ITAGUAÇU DA BAHIA
ENERGIAS RENOVÁVEIS
S.A. – IBER**

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de
dezembro de 2019

13 de fevereiro de 2020.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

Itaguaçu da Bahia
Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras
do exercício findo
em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas e aos Administradores da
ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade Operacional

Chamamos à atenção às demonstrações contábeis da Companhia que apresentam Prejuízo Acumulado no montante de R\$ 40.722, nesse contexto, juntamente com os assuntos descritos na Nota 1, referentes ao atraso do projeto de implantação do Complexo em função do processo de recuperação judicial da WPE (IMPISA), a situação indica incerteza relevante sobre sua capacidade financeira perante as obrigações contratuais para manutenção de sua continuidade operacional, bem como pelo montante negativo de R\$ 2.398 do





Russell Bedford

taking you further

caixa líquido gerado pelas atividades operacionais conforme demonstrações dos fluxos de caixa. A nota 8b faz referência aos aportes efetuados para futuro aumento de capital que aguardam autorização da SEST, para conversão em ações e elevação do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o AFAC registrado no Patrimônio Líquido contribuiu para a não apresentação de Passivo a descoberto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja a expectativa de recebimento é posteriormente a data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e o órgão regulador.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

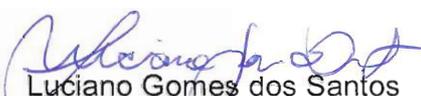
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações financeiras do exercício findo em
 31 de dezembro de 2019

Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	210	338			
Outros créditos		134	121	7	78	126
Tributos a compensar		363	363		199	211
		707	822	9	60	-
					10	14
					347	351
Não circulante						
Adiantamento para futuro aumento de capital	8b	-	-		-	79.142
Contrato de cessão de direitos	8a	5.962	5.603		5.962	5.603
Arrendamento	9	922	-		922	-
Provisão multa Aneel	10	9.608	9.608		9.608	9.608
Outros a pagar		14	14		14	14
		16.506	94.367		16.506	94.367
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)						
Capital social	11	27.137	27.137		27.137	27.137
(-)Capital a Integralizar		(2.384)	(2.384)		(2.384)	(2.384)
Prejuízo acumulado		(40.755)	(38.068)		(40.755)	(38.068)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8b	81.841	-		81.841	-
Total do patrimônio líquido		65.839	(13.315)		65.839	(13.315)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		82.692	81.403		82.692	81.403
Total do Ativo		82.692	81.403		82.692	81.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e DEZEMBRO 2018
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Despesas operacionais	12		
Gerais e administrativas		(1.857)	(1.493)
Pessoal		(1.802)	(815)
Administradores		(55)	(678)
Material		(7)	(25)
Serviço de Terceiros		(568)	(665)
Recuperação de despesas e outros		(219)	85
Depreciação		(7)	-
Tributos		(20)	-
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(2.678)</u>	<u>(2.098)</u>
Receitas financeiras		1	22
Despesas financeiras		<u>(10)</u>	<u>(149)</u>
		(9)	(127)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		<u><u>(2.687)</u></u>	<u><u>(2.225)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e DEZEMBRO 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(2.687)</u>	<u>(2.225)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(2.687)</u>	<u>(2.225)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações financeiras do exercício findo em
 31 de dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e DEZEMBRO 2018
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízo acumulado	AFAC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.137	(2.384)	(26.044)	-	(1.291)
Resultado da Incorporação das SPEs	-	-	(9.799)	-	(9.799)
Prejuízo do período AFAC	-	-	(2.225)	-	(2.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.137	(2.384)	(38.068)	-	(13.315)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.687)	-	(2.687)
Transferência para AFAC	-	-	-	79.142	79.142
AFAC	-	-	-	2.699	2.699
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.137	(2.384)	(40.755)	81.841	65.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações financeiras do exercício findo em
 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(2.687)	(2.225)
Ajustados por:			
Depreciação e amortização		7	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado		<u>(2.680)</u>	<u>(2.225)</u>
Redução (Aumento) dos ativos			
Outros créditos		(13)	(26)
Tributos a compensar		-	(41)
Aumento (Redução) dos passivos			
Fornecedores		(48)	(16)
Obrigações estimadas		(12)	(98)
Tributos e contribuições a recolher		(4)	-
Contrato de cessão de direitos	8a	359	5.603
Incorporação provisão do passivo descoberto	6	-	(789)
Incorporação provisão da multa ANEEL	10	-	9.608
Incorporação retenção contratual		-	14
Incorporação resultado das SPEs		-	(9.799)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		<u>(2.398)</u>	<u>2.231</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	(70)	(6.152)
Aquisição de intangível	6	(359)	(74.425)
Adiantamento para futuro aumento de capital das SPE's		-	75.113
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		<u>(429)</u>	<u>(5.464)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	8b	2.699	3.493
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>2.699</u>	<u>3.493</u>
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(128)</u>	<u>260</u>
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes no início do exercício		338	78
Caixa e equivalentes no final do exercício		<u>210</u>	<u>338</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa		<u>(128)</u>	<u>260</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER ou Companhia), uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 2 de junho de 2015, a partir da associação de Furnas Centrais Elétricas S.A. com o Salus Fundo de Investimento em Participações e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. para atuar como holding de gestão do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Complexo), composto por dez parques eólicos situados no município de Itaguaçu da Bahia no Estado da Bahia.

A IBER tem por objeto social o investimento nas sociedades SPEs Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.; a comercialização de energia produzida por estas empresas; a realização de estudos, projetos, comissionamento e testes; operação e manutenção; gerenciamento e supervisão, incluindo a contratação de terceiros; a participação em projetos de geração de energia de fonte renovável, tais como solar, eólica, e de biomassa, todas localizadas no município de Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia.

O projeto do Complexo está dimensionado para 280 MW de potência instalada, o qual comercializou no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 125,6 MW médios, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. A previsão de instalação do projeto é 140 aerogeradores de potência nominal de 2 MW e deverá ser implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligando os parques eólicos a duas subestações de elevação compartilhadas de 34,5kV para 230kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 230kV, com cerca de 36km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional através da futura subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia.

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de junho de 2015 por todos os sócios. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado da IBER é de R\$ 630 milhões.

Na data de 06 de agosto de 2015 foi assinado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual o acionista FIP Salus – Fundo de Investimento vende suas cotas para o acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. de acordo com o item 10.17.1 do Acordo de Acionistas. Este documento passou pela análise do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e foi aprovado em 14/09/2015 e publicado no DOU em 15/09/2015. O processo foi protocolado na SEST – Secretaria de Governança e Coordenação das Empresas Estatais, que anuiu com a compra em comento, conforme registrado na Nota Técnica 11.222 de 21 de setembro de 2018.

Todo o projeto do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia foi impactado pela falta de definição do fornecedor dos aerogeradores. Para fins de participação no Leilão 10/2013 A-5 de 2013,



FURNAS, na qualidade de líder do consórcio, assinou pré-contrato de fornecimento, seguro, montagem, supervisão de montagem, testes de fábrica e campo, comissionamento, operação e manutenção dos aerogeradores com a WPE (IMPISA). Entretanto, em 23 de março de 2015, a WPE (IMPISA) entrou em processo de recuperação judicial, comprometendo o fornecimento dos aerogeradores para o Parque Eólico.

Conforme decisão do Conselho de Administração das SPEs em reunião realizada no dia 27/08/2015 (Parecer Jurídico e carta SP.N.E.012.2015 - Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações da DN – Diretoria de Gestão de Novos Negócios de Participações de FURNAS), foi definido iniciar o processo de contratação do fornecedor substituto de aerogeradores. A administração elaborou os Editais de concorrência pública, em conformidade com a lei 8.666/93 através dos processos licitatórios CO.IBER.001.2015 lançado no final de 2015, e CO.IBER.001.2016, mas não logrou êxito na contratação dos aerogeradores.

Em 2016 o mercado de energia operava em sobre contratação de energia elétrica. O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits “MCSD”, cujas diretrizes foram estabelecidas pelas resoluções normativas nº 693/2015 e 727/2016, se configurou como uma medida do governo para minimizar o problema de sobra de energia nova do País, permitindo aos agentes que comercializaram energia no Ambiente Regulado descontratassem seus montantes totais ou parciais de energia vendida por meio de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Este fato foi amplamente discutido com o Conselho de Administração da IBER e FURNAS. Considerando que o projeto de implantação do Complexo estava atrasado em função do processo de recuperação judicial da WPE (IMPISA), o Conselho de Administração de FURNAS aprovou a inscrição dos Parques Eólicos do Complexo de Itaguaçu da Bahia no Mecanismo (MCSD EN A4+), determinando que fossem tomadas todas as providências necessárias à participação. Em 08/05/2017, as Sociedades procederam com a inscrição dos Parques Eólicos no referido mecanismo e em 29/05/2017 foi divulgado o resultado Final do MCSD Energia Nova A4+, por meio de Comunicado CCEE nº 287/17, onde os empreendimentos tiveram êxito no certame ficando com 100% de sua energia descontratada.

Ainda em 2017, foram iniciadas as medições certificadas de radiação solar (incidência de raios solares) no Complexo Itaguaçu da Bahia com o objetivo de confirmar a possibilidade de desenvolvimento de um projeto de geração fotovoltaica no site, associado à geração eólica. Desta forma alavancaria o potencial de geração de energia por fontes renováveis no site, ampliando a taxa interna de retorno do projeto como um todo, já que ambas as fontes de energia utilizariam a mesma infraestrutura de elevação, subestação e transmissão.

No início de 2018 a participação de 49% de FURNAS na IBER foi cedida para BVE - Brasil Ventos Energia S.A., sociedade Holding, subsidiária integral de FURNAS para construção e operação de geração de energias renováveis.

Conforme Nota Técnica nº 11222/2018-MP emitida pela SEST, que aprovou a aquisição do controle acionário da IBER por FURNAS, em 26/11/2018 FURNAS adquiriu 49% da participação do Fundo de Investimento Permanente Salus. Em 14 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração de FURNAS aprovou a transferência dessa participação de FURNAS para sua subsidiária integral Brasil Ventos Energia S.A. – BVE, efetivada por meio da celebração de contrato de cessão não onerosa das ações, ocorrida em 19 de dezembro de



2018. Portanto, em 19/12/2018, a BVE passou a deter 98% das ações da IBER após o registro da transferência, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base setembro de 2018. Esta movimentação societária faz parte de um projeto de reorganização societária das empresas de propósito específico de geração eólica pertencentes a FURNAS e cujo objetivo é proporcionar maior eficiência e otimização na gestão administrativa destas empresas com conseqüente redução de custos dos processos operacionais.

Em 12 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da IBER deliberou a incorporação das SPEs Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., na IBER. Em 21 de dezembro de 2018, a ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou o laudo de avaliação de 30 de setembro de 2018 e a incorporação nesta data. Com a incorporação, as Sociedades Geradoras deixaram de existir juridicamente e tiveram todos os seus direitos e obrigações transferidos para a IBER.

Desta forma, a IBER, sucessora das Sociedades Geradoras, está em regime de gestão como *greenfield*, adotando-se apenas a manutenção das obrigações sobre a área do parque, projetos e licenças ambientais e medição certificada dos ventos e da radiação solar.

1.1 Aprovação das Demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das Demonstrações financeiras, foram aprovadas pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2020.

2 Bases de preparação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras da Companhia, compreendem:

1) Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

a. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da IBER. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



c. Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as normas CFC e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo das Demonstrações financeiras descritas em detalhes abaixo foram aplicados de acordo com aquelas que já eram aplicadas na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e que foram publicadas em 20/04/2018, na página 18 do Jornal Monitor Mercantil e nas páginas 31 e 32 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a uniformidade.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

a) Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.



(iii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

c. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de custo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

d. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

e. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

f. Resultado

Em 31 de dezembro de 2019 a distribuição do capital social é 98% da parte da Brasil Ventos e de 2% da parte da Casa dos Ventos, conforme os contratos de cessão não onerosa de Furnas com a Brasil Ventos.



g. Arrendamento

Adoção da IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamento mercantil

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	3	1
Aplicações financeiras	207	337
Total	210	338

Tendo em vista a utilização imediata dos fundos de recursos da Companhia, as aplicações financeiras possuem características de aplicação de curtíssimo prazo diretamente em conta corrente no Banco Bradesco, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira). Por esta razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Em operação		
Móveis e Utensílios	79	85
Em curso		
Seguro	327	327
Serviços de Terceiros	5.093	5.023
Máquinas e Equipamentos	14.386	14.386
(-) <i>Impairment</i>	(13.665)	(13.665)
Total	6.220	6.156



Abaixo segue a movimentação líquida do imobilizado consolidado:

	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Reversão Provisão</u>	<u>Provisão p/ Perda</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Em Serviço						
Móveis e Utensílios	85	-	(6)	-	-	79
Em curso						
Seguro	327	-	-	-	-	327
Serviços de Terceiros	5.023	70	-	-	-	5.093
Máquinas e Equipamentos	14.386	-	-	-	-	14.386
(-) <i>Impairment</i>	(13.665)	-	-	-	-	(13.665)
	<u>6.156</u>	<u>70</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.220</u>

	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Reversão Provisão</u>	<u>Provisão p/ Perda</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Em Serviço						
Móveis e Utensílios	4	81	-	-	-	85
Em curso						
Seguro	-	327	-	-	-	327
Serviços de Terceiros	-	5.023	-	-	-	5.023
Máquinas e Equipamentos	-	14.386	-	-	-	14.386
(-) <i>Impairment</i>	-	(13.665)	-	-	-	(13.665)
	<u>4</u>	<u>6.152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.156</u>

6 Intangível

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Em serviço – Software	-	3
Direito de uso - Arrendamento	982	
Em curso - Cessão de direitos (a)	74.783	74.422
Total	<u>75.765</u>	<u>74.425</u>

a. Cessão de direitos

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, adquirido de Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., conforme contrato de 10 de novembro de 2014, a ser amortizado pelo prazo de concessão, quando da entrada em operação do parque eólico. A atualização financeira estipulada em contrato está sendo capitalizada no intangível, até o início das operações dos parques eólicos.



Abaixo segue a movimentação do intangível consolidado:

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Reversão Provisão</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2019</u>
Em Serviço					
Software	3	-	(3)	-	-
Direito de uso - Arrendamento		982			982
Em curso					
Cessão de direitos	74.422	360	-	-	74.782
	<u>74.425</u>	<u>1.342</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>75.765</u>

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Reversão Provisão</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2018</u>
Em Serviço					
Software	4	-	(1)	-	3
Em curso					
Cessão de direitos	74.144	278	-	-	74.422
	<u>74.148</u>	<u>278</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>74.425</u>

7 Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dressler Contabilidade Empresarial S/S - EPP	-	41
Bradesco Saúde S.A	12	22
Ney Alves de Carvalho Sobrinho	-	1
NITS CLEAN COMERCIO DE MATERIAL DE LIMPEZA	-	5
Kinea Renda Imobiliária	46	42
M D Advogados	2	-
Microcity Computadores	12	-
Algar multimídia	-	3
Alta Performance	3	6
Leite, Tosto e Barros Advogados Associados	-	6
Outros	3	-
	<u>78</u>	<u>126</u>

8 Partes Relacionadas

a) Os saldos classificados no passivo não circulante, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se a valor a pagar pelas SPEs à Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico Itaguaçu da Bahia, assinado em 10 de novembro de 2014, o qual é atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

	<u>31/12/2019</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Contrato de cessão de direitos	-	5.962	5.962



	31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato de cessão de direitos	-	5.603	5.603

b) Referem-se aos aportes efetuados pelos acionistas para futuro aumento de capital. A integralização de capital aguarda autorização da SEST, para conversão em ações e elevação do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 os saldos do AFAC estavam sendo registrados no Passivo não circulante e em 31 de dezembro de 2019 foram transferidos para o AFAC dentro do Patrimônio Líquido, conforme abaixo:

Acionistas	Valores de AFACs aportados						
	AFAC - Passivo não Circulante	AFACs	Transferencia para AFAC no Patrimônio Líquido	Saldo do AFACs no não Circulante	Saldo de AFACs no Patrimônio Líquido	AFACs	Saldo de AFACs no Patrimônio Líquido
	31/12/2018		31/03/2019	31/03/2019	31/03/2019		31/12/2019
Brasil Ventos Energia	76.038	588	76.626	-	76.626	2.058	78.684
Casa dos Ventos Energias Renováveis	3.104	12	3.116	-	3.116	41	3.157
	79.142	600	79.742	-	79.742	2.099	81.841

c) Por meio de compartilhamento de infraestrutura está sendo realizado mensalmente o rateio das despesas de aluguel, condomínio e materiais de expediente entre a empresa ligada investidas Brasil Ventos Energia S.A., Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII e Energia dos Ventos IX.

9 Arrendamentos a pagar

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Empresa realizou estudo para enquadramento a nova regra e reconheceu em dezembro de 2019, contabilizando o reconhecimento da dívida no Passivo em contrapartida o Imobilizado intangível direito de uso.

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

	Consolidado 31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	60	922	982



10 Provisões

Provisões multa ANEEL

As provisões são referentes à multa pecuniária aplicada às Sociedade incorporadas em 2018, a título de penalidade pela descontratação ocorrida em consequência à adesão do mecanismo de descontratação MCSD A4+, e apresenta a seguinte composição:

<u>Investimentos</u>	<u>Autorização</u>	<u>31/12/2019</u>
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	EOL.CV.BA.031775-6.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	EOL.CV.BA.031794-2.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	EOL.CV.BA.031773-0.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	EOL.CV.BA.031797-7.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	EOL.CV.BA.031774-8.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	EOL.CV.BA.031800-0.01	961
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	EOL.CV.BA.031772-1.01	961
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	EOL.CV.BA.031799-3.01	961
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	EOL.CV.BA.031803-5.01	960
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	EOL.CV.BA.031833-7.01	960
		<u>9.608</u>

11 Capital Social

Em 2 de julho de 2015, o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da sociedade. Em 05 de agosto de 2015, conforme AGE, foi aprovada a transferência de titularidade das ações das geradoras do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, que eram dos mesmos acionistas da IBER, para integralização de capital na própria IBER para formação do grupo econômico.

Conforme ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima de 02/07/2015, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 33.050 a ser integralizado com ações das dez SPEs existentes à época que compunham o Complexo Itaguaçu da Bahia.

O capital social subscrito atual é de R\$ 27.137, do qual R\$ 24.753 foi integralizado com a incorporação de ações das investidas Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., entrando como base o valor contábil do patrimônio líquido das investidas na data base de 31 de dezembro de 2015, ajustado pelo resultado incorrido das investidas até 30 de novembro de 2015, considerando que o registro do capital na JUCERJA ocorreu em dezembro de 2015. Desta forma o capital a integralizar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.384.



A documentação do citado ato societário foi aprovada pela JUCERJA em 03 de dezembro de 2015, e foi re-ratificada junto à JUCERJA em abril de 2016, para ajustes da integralização do capital com o patrimônio das investidas em 30 de novembro de 2015, e conseqüente re-ratificação dos registros dos boletins de subscrição e transcrição em definitivo, após registro, no Livro de Registro de Ações da Companhia. Tal re-ratificação encontra-se registrada na JUCERJA. A incorporação das SPE's foi registrada na JUCERJA em 01 de fevereiro de 2019.

A composição acionária, com base no capital integralizado em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada a seguir:

Capital Social	Quantidade de ações	Participação %
Brasil Ventos Energia S.A.	26.594.387	98,00
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	542.742	2,00
	27.137.130	100,00

O Capital a Integralizar foi registrado mediante o Patrimônio Líquido do Balanço de 30 de novembro de 2015, está demonstrada a seguir:

(-) Capital a Integralizar	Quantidade de ações	Participação %
Brasil Ventos Energia S.A.	(2.336.980)	98,00
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	(47.693)	2,00
	(2.384.673)	100,00

O registro da transferência da participação societária de Furnas (49,00%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER) para a Brasil Ventos ocorreu em 04 de junho de 2018, pela assinatura do contrato de cessão não onerosa das ações conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base março de 2018.

Em dezembro de 2018, ocorreu a cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos, referente à participação societária de Furnas adquirida do FIP SALUS (49,00%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER).

12 Despesas operacionais

Despesas operacionais	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e Administradores	(1.857)	(1.493)
Material	(7)	(25)
Serviço de terceiros	(568)	(665)
Tributos	(20)	-
Outras receitas / (despesas)	(219)	85
	(2.671)	(2.098)



(a) As despesas operacionais referem-se à gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia e suas investidas.

(b) Até dezembro de 2018 a IBER – Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A ainda não era investida da Brasil Ventos, razão pela qual era feito rateio de todas as despesas de infraestrutura. Hoje só é feita o rateio das despesas de aluguel, condomínio e matérias de expediente entre as empresas ligadas.

13 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativo caixa e equivalentes de caixa e passivo – fornecedores são equivalentes em 31 de dezembro de 2019.

a) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2019, nem operou com derivativos no exercício. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

b) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

c) Gestão de Risco

No exercício de suas atividades, construção, operação e manutenção do Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Complexo Eólico.



14 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

a) Em 10 de novembro de 2014, a Companhia e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. firmaram Contrato de Cessão de Direitos decorrentes do Contrato de Arrendamento do imóvel onde será desenvolvido o Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Esse contrato tem vigência de 35 anos, renovado automaticamente por exercício sucessivo de 10 anos. As partes ainda poderão fazer uma nova prorrogação para mais 25 anos adicionais com novas condições financeiras a serem negociadas.

No exercício pré-operacional será pago o montante de R\$ 60 mil anualmente, com a primeira parcela paga em outubro de 2015. Na fase operacional este contrato será remunerado pelo equivalente a 1,5% da receita bruta proporcional, deduzindo impostos, taxas e contribuições, sendo divididos pelo número total de aerogeradores da Usina e multiplicados pelo número de aerogeradores efetivamente instalados no terreno arrendado.

Diretor Administrativo - Financeiro

Diretor Técnico

 Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC

